

O Clima tropical na história: relações de ambivalência

Luís Fernando Tosta Barbato,

da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp – São Paulo – Brasil.

lfbarbato@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trazer uma relação entre a história e a geografia, mostrando como o clima tropical foi pensado no decorrer da história, evidenciando que, apesar de ser um conceito físico, ele está sujeito às mudanças do tempo histórico, passando por momentos de valorização e por outros de detração.

Palavras-chave: Clima. Natureza. História Cultural.

Introdução: a ascensão do clima no pensamento humano

Montesquieu já afirmou que ele era “o primeiro e mais poderoso de todos os Impérios” (ARNOLD, 2000, p.26), Hipócrates acreditava que todos os homens eram iguais em sua essência, sendo ele o principal responsável pelas suas diferenças de caráter (ARNOLD, 2000, pp.21-22). Segundo Buffon, era ele o responsável pela inferioridade dos animais e seres-humanos do Novo Mundo (PRADO, 1999, pp.181-182). Gilberto Freyre dava glórias a ele, que “amolecera” os ânimos exaltados do colonizador lusitano no Brasil, dando-lhe a plasticidade e adaptabilidade fundamentais à formação da cultura brasileira (FREYRE, 1936, pp.2-12). Mario de Andrade o exaltava, afinal ele era o responsável pela preguiça do brasileiro, e esta era, segundo o autor, elemento propício à criação artística (SOUZA, 2001, pp.77-78). Ellsworth Huntington dizia que ele estava intimamente ligado ao surgimento e à queda de civilizações (ARNOLD, 2000, p.35). Rocha Pitta o viu como salutar, componente fundamental do paraíso terreal que encontrou na América Portuguesa (SCHWARCZ, 2008, p.29).

Enfim... Como podemos notar, a partir dessa pequena amostra de exemplos, trata-se esse elemento de peça fundamental em nossa história e historiografia, estando presente em lugares múltiplos, distantes no espaço e no tempo, ocupando muitas vezes, o papel central nos debates acerca da história de certos povos. Trata-se do *Clima*, objetivo de estudo deste artigo.

Podemos afirmar que o clima sempre desempenhou algum papel marcante em todos os povos que habitam ou já habitaram nosso planeta. Desde os primeiros homens pré-históricos até as nossas sociedades contemporâneas, o clima sempre foi motivo de

interesse. Tanto que o geógrafo J.O. Ayode o traz como de suma importância dentro do ambiente natural, como podemos observar no trecho abaixo:

O clima talvez seja o mais importante componente do ambiente natural. Ele afeta os processos geomorfológicos, os de formação dos solos e o crescimento e desenvolvimento das plantas. (...) As principais bases da vida para a humanidade, principalmente o ar, água, o alimento e o abrigo, estão na dependência do clima. Assim, o ar que respiramos é obtido da atmosfera, a água que bebemos origina-se da precipitação, e o nosso alimento tem origem na fotossíntese - um processo que se torna possível por causa da radiação, do dióxido de carbono e da umidade, e todos são atributos do clima (AYOADE, 2001, p.286).

Portanto, desvendar a dinâmica dos fenômenos naturais, entre eles, o comportamento da atmosfera, era fundamental para que os grupos sociais superassem a condição de sujeitos às intempéries da natureza e pudessem assumir a condição de utilitários e manipuladores dos elementos naturais, em diferentes escalas.

Essa relação tão forte e tão antiga entre homem e clima, fez com que o primeiro passasse a buscar explicações para os fenômenos atmosféricos, e por milhares de anos, furacões, secas prolongadas, chuvas providenciais, entre tantos outros fenômenos climáticos - tanto maléficos, quanto benéficos - foram explicados como decorrência de ações divinas (MENDONÇA; DANNI-OLIVEIRA, 2007, p.11).

No mundo antigo, começaram as primeiras reflexões acerca do clima. A exploração de novas áreas, que levou ao conhecimento de inúmeros fatos acerca da superfície terrestre, a elaboração de cartas e mapas das áreas conhecidas e o estudo interpretativo de todo o material colhido levaram ao avanço dos conhecimentos geográficos como um todo. No entanto, como frisou George Tathan, todas as civilizações do Oriente próximo se interessaram em maior ou menor grau pelas duas primeiras atividades, mas foram os gregos que praticamente monopolizaram a interpretação dos dados coletados, por isso são considerados os primeiros geógrafos.

Os gregos produziram diversos avanços no campo dos estudos de Geografia de modo geral: comprovaram a esfericidade da Terra com cálculos surpreendentemente exatos; as latitudes e longitudes de diversos lugares foram estabelecidas; iniciaram também a prática de representar o mundo em mapas retangulares, em grelha (TATHAN, 1960, p.551).

Em relação aos estudos de climatologia - que pode ser considerado um ramo da Geografia - não foi diferente, foram os gregos os primeiros a registrar de maneira mais direta as reflexões acerca dos fenômenos atmosféricos. As obras *Ares, Águas e Lugares*, de Hipócrates, *História*, de Heródoto, e *Meteorológica*, de Aristóteles, são exemplos dos

avanços que os gregos produziram nos estudos relativos ao clima. Por isso, é a partir dos gregos antigos que iniciaremos nossa explanação acerca da relação entre o homem e o clima, com ênfase no clima tropical.

O homem e o clima tropical na história: uma relação ambivalente

Desde a Antiguidade Clássica, o papel da natureza, especialmente no que se refere ao clima, era visto como fundamental para determinar o desenvolvimento de um povo. Aristóteles pregava o conceito que na “zona tórrida”, e segundo ele, ao sul do Mediterrâneo, a temperatura era tão alta que a vida seria impossível. Heródoto também não via de maneira positiva os climas considerados mais quentes, tanto que preconizava: “países quentes, povos indolentes; países frios, povos robustos” (SANT’ANNA NETO, 1999, pp.48-50).

No entanto, encontramos em Hipócrates de Cos, que viveu no século V a.C. o autor grego mais importante no que se refere às ideias sobre a influência do ambiente na cultura e vida humanas. Sua obra *Ares, Águas e Lugares* é composta de duas partes, uma médica e outra etnográfica¹, ambas de suma importância para os estudos da relação homem e clima.

Na primeira parte, é tratada da estreita relação entre a fisiologia humana e o ambiente. Hipócrates supõe que todos os seres humanos são iguais em sua essência, sendo as forças ambientais - os ares, as águas e os lugares - responsáveis pelas suas diferenças, recaindo a elas também as causas para as enfermidades que assolam os homens.

Já a segunda parte versa sobre as diferenças existentes entre Europa e Ásia, em vários aspectos, mas principalmente no que toca às características, tanto físicas, quanto psicológicas, de suas populações. Nesse sentido, a influência do clima, e de outros fatores ambientais, se faz bastante presente na discussão, como podemos observar no trecho abaixo:

Las pequeñas variaciones del clima a que los asiáticos están sujetos, sin extremos ni de calor ni de frío, explican su debilidad mental al igual que su cobardía. Son menos belicosos que los europeos y dóciles de espíritu, pues no están sometidos a los cambios físicos ni a la estimulación mental que fortalecen el carácter y inducen la temeridad y la impulsividad. En lugar de eso, viven en condiciones inmutables. Donde siempre hay cambios, las mentes se mantienen despiertas y no pueden estancarse (ARNOLD, 2000, p. 22).

¹ David Arnold cita a hipótese de que as duas partes que compõem *Ares, Águas e Lugares* sejam na verdade obras distintas, de autores distintos. No entanto, essa teoria não é comprovada, e para Arnold, mesmo ela sendo real, e esse encontro fortuito, seu efeito combinado foi de suma importância para as ideias ambientais (ARNOLD, 2000, p. 21).

Assim, notamos que Hipócrates acreditava que as terras que se vangloriavam de serem ricas - como é o caso das terras asiáticas -, bem provisionadas de água, e férteis ao cultivo, além de não estarem submetidas a grandes variações climáticas, produziam gente frouxa e covarde, pouco aptas às práticas de trabalho físico árduo, e pouco dispostas ao exercício de suas faculdades mentais.

Em contraste a esses locais, aparentemente mais aprazíveis à vida humana, havia os lugares de terra erma - como é o caso da Grécia, na concepção de Hipócrates-, seca e pedregosa, fustigadas por ventos frios no inverno, e queimadas pelo sol quente do verão, capazes de produzir homens de intelecto avançado, além de artesão hábeis em suas tarefas, e soldados valentes nas artes da guerra (ARNOLD, 2000, p.22).

Como ressalta Clarence Glacken, a obra de Hipócrates foi importante por influenciar pensadores gregos de renome, que viriam depois, como é o caso dos já citados Aristóteles e Heródoto, a também trabalhar com essa noção de influência do clima nos seres humanos. Além disso, foi a primeira formulação dessas ideias, nas quais mentes, corpos e sociedades humanas foram modeladas pela sua localização geográfica, clima e topografia (GLACKEN, 1967, p.87).

Nesse contexto, vale ressaltar que, como frisou David Arnold, *Ares, Águas e Lugares* foi um dos pioneiros exercícios de etnografia comparada que conhecemos, comparando gregos com outros povos do Velho Mundo, sendo os helenos situados como a proporção média. Era uma das primeiras vezes na História que a Europa se posicionava como padrão, e a Ásia e a África como seres aberrantes.

Ainda sobre Hipócrates, é importante que frisemos que, apesar dessas elucidações a respeito da importância do meio na composição das sociedades humanas, não se trata de um autor que pudéssemos enquadrar no que mais tarde viria a ser conhecido como “determinista”. Isso porque, para o grego, juntamente com o fator ambiental, a cultura da Ásia ajudava a moldar de forma débil suas raças e sociedades. Exemplo disso se dá na crítica ao regime monárquico, presente na maior parte da Ásia, que segundo o autor, obrigavam os súditos a lutarem em proveito de seus senhores, e não de si mesmos, o que provocava lutas sem bravura por parte dos asiáticos. Já em partes da Grécia, nas quais haviam governos democráticos, ocorria justamente o contrário, em vez dos débeis e fracos soldados asiáticos, havia guerreiros valentes, por que lutavam por interesses próprios (ARNOLD, 2000, pp.22-23).

Com a ascensão do Império Romano, e durante a Idade Média a questão da relação entre homem e clima foram em geral deixadas de lado pela história², sendo só reacendidas a partir das Grandes Navegações, que como Voltaire frisou, foi o “maior acontecimento de nosso globo, cuja metade havia sempre sido ignorada pela outra” (BRESCIANI, 2007, p.79).

De modo geral, essa imagem negativa do clima tropical, propagada pelos gregos, perdurou até o início do século XX. As elites europeias acreditavam majoritariamente num “determinismo climático”, ou seja, que os nascidos em regiões quentes estavam fadados à inferioridade em relação aos nascidos em regiões mais frias. Isso porque acreditavam que o clima era responsável por numerosas doenças, além de gerar homens apáticos, preguiçosos e ignorantes.

No entanto, essa noção negativa a respeito da zona tropical não foi logo disseminada pelos europeus. Afinal, os primeiros colonizadores e viajantes que aportaram na América, mostraram, pelo contrário, uma imagem bastante positivada do clima e da natureza do Novo Mundo.

Para ilustrar isso, temos os textos de Pero Vaz de Caminha e Américo Vespúcio, que podem ser considerados pioneiros na empreitada marítimo-comercial que atingiu as terras situadas do outro lado do Atlântico. Caminha disse sobre a terra encontrada que ela em “si é de muitos bons ares, assim frios e temperados... As águas são muitas, infindas”. Vespúcio afirmou sobre o Brasil: “E, em verdade, se o paraíso terrestre está localizado em alguma parte da terra, julgo que não dista muito daquelas regiões [referindo-se ao Brasil] (PARKER, 1991, pp.25-28)”

Com Cristóvão Colombo não foi diferente, assim, como Caminha e Vespúcio, suas impressões sobre as terras tropicais encontradas no Novo Mundo foram muito positivas, chegando ele a afirmar que “esta terra [referindo-se a uma ilha que visitava no mar do Caribe] é a melhor e mais fértil, temperada, plana e boa que tem no mundo” (COLOMBO, 1984, p.51).

As imagens edênicas aparecem em várias oportunidades nos relatos de Colombo acerca da América, no entanto, em algumas passagens, é possível notar que o clima tropical, apesar de salutar a princípio, poderia também mostrar aspectos negativos:

² Segundo George Thatan, sobre os romanos, isso pode ser explicado pelo caráter mais pragmático desse povo, que estava mais preocupado em questões relativas à administração do Império, do que às ditas “filosóficas”. Em relação à Idade Média, Thatan encontra na fé cristã a explicação para “o retrocesso” - palavras dele - em relação às reflexões sobre a Geografia e seus componentes, pois tudo podia ser explicado pelos olhos da fé, não havendo necessidade de investigações mais profundas (THATAN, 1960, p. 552).

Nunca vi céu mais aterrador: um dia ardeu feito forno até de noite, a ponto de eu olhar para ver se não me havia levado os mastros e a velas. A tripulação estava tão alquebrada que sonhava até com a morte para se livrar de tantos padecimentos (COLOMBO, 1984, p.153)³.

Nos séculos XVI e XVII temos uma farta gama de relatos de europeus que - desembarcando como religiosos, militares, comerciantes, exploradores, ou apenas curiosos - passaram pelas regiões tropicais e deixaram suas impressões, sendo o Brasil um local privilegiado no que toca a essa questão.

Em relação aos viajantes europeus que passaram pelo Brasil, as visões positivas sobre o clima e a natureza do país também são bastante significativas. Segundo Sant'anna Neto, esses viajantes percorriam um território natural e selvagem, muito diferente da Europa com a qual estavam acostumados. Repletos de simbologia, e envoltos em mitos e fábulas, esses relatos apresentam descrições que evidenciam muito mais visões do que fatos (SANT'ANNA NETO, 1999, p.14).

Lilia Schwarcz corrobora os dizeres de Sant'anna Neto, ao afirmar que a literatura de viagem produzida nos séculos XVI e XVII aliava a fantasia com a realidade e buscava no mundo natural americano aquilo que os europeus já imaginavam previamente, o que, segundo a autora, seria justamente o mito do Paraíso Terrestre. Para esses cronistas do Velho Mundo, em meio àquelas maravilhosas terras americanas, poderia estar o Paraíso Terrestre, como sua primavera eterna, seus campos férteis, suas fontes da juventude... Mas essas terras também poderiam ser inóspitas, habitadas por monstros disformes (SCHWARCZ, 2008, pp.13-23)⁴.

Todavia, esse debate sobre a interferência do clima e da natureza em geral na vida e desenvolvimento das pessoas e povo se intensificou no século XVIII, principalmente na parte que toca a América. Tanto que Antonello Gerbi batizou essas discussões acerca da natureza americana de "A Disputa do Novo Mundo" (GERBI, 1996).

Inclusive, os filósofos pertencentes ao movimento da Ilustração europeia discutiram as relações entre a natureza, o corpo social e a política, como é o caso de Montesquieu em seu *O Espírito das Leis*, de 1748, no qual defende que os homens não são guiados apenas por suas fantasias, mas haveria princípios que governariam as leis e os

³ No entanto, vale ressaltar que Colombo também deixa transparecer em seus relatos que o clima tropical não era tão salutar como acreditava: "Eu [Colombo], muito só, do lado de fora, numa costa tão bravia, com febre alta e tanto cansaço", mostrando já que a questão dos trópicos não era tão simples, eles não sendo nunca uma unanimidade (COLOMBO, 1984, p.155).

⁴ A verdade é que os verdadeiros "monstros disformes" que mostrariam o outro lado das presumíveis paradisíacas terras tropicais se apresentariam na forma humana. Eram os indígenas, que com sua nudez, seu canibalismo, poligamia, e outras atitudes condenáveis aos olhos europeus, seriam os formadores do anti-paraíso, e até do inferno.

costumes, válidos em todo o mundo. Ao contrário de Hobbes, Locke e Rousseau, Montesquieu não se interessa pelo contrato social. Sua reflexão se volta para os tipos de sociedade, buscando nelas suas regras objetivas. Constrói assim uma teoria geral do clima, que ajuda a explicar a pluralidade dos costumes e das leis: “O império do clima é o primeiro de todos os impérios”, afirma ele (VENTURA, 1991, p.19).

Essa teoria tem como centro a natureza e as instituições da Europa, produzindo uma hierarquia do espaço natural e social, no qual o clima temperado e a monarquia constitucional são considerados os modelos ideais, tendo como opostos os climas tórridos e glaciais, e seus respectivos padrões de governo, segundo Montesquieu: a república e o despotismo oriental.

O trecho de Ventura abaixo relata bem o pensamento de Montesquieu:

A escravidão, a poligamia e o despotismo resultam, na sua visão [de Montesquieu], da apatia geral dos habitantes dos climas quentes, em que o calor traria o “relaxamento” das fibras nervosas. Com isso o indivíduo perderia toda sua força e vitalidade, seu espírito ficaria abatido, entregue à preguiça e à ausência de curiosidade, enervando o corpo e enfraquecendo a coragem. O clima quente favorece a aceitação da servitude: “não surpreende que a covardia dos povos dos climas quentes os tenha tornado quase sempre escravos, e que, a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido livres. É um efeito que deriva de sua causa natural [aqui citando Montesquieu]” (VENTURA, 1991, p.20)

Notamos por esse trecho que a visão do filósofo francês a respeito dos ambientes de clima quente é extremamente negativa. O mesmo valia para os climas extremamente frios. A liberdade predominante na Europa poderia então ser explicada em virtude de estar posicionada na zona temperada ideal do globo⁵.

Nos demais continentes, as condições naturais teriam trazido o despotismo e a escravidão. Assim sendo, a Ásia seria um continente cuja predisposição à tirania seria explicada devido ao clima muito frio, que se altera com áreas excessivamente quentes; já a África teria como características a escravidão e a debilidade de seus governos, por causa precisamente do clima tórrido. Sobre a América, que ele divide em duas áreas, a posição de Montesquieu é ambígua.

Havia a América próxima ao Equador, terra dos “impérios despóticos do México e do Peru”, e uma outra, fora dos trópicos, povoada por “pequenos povos livres”. Montesquieu apontava que a existência dessas populações no continente poderia ser atribuída à fertilidade do solo americano, que produzia por si só frutos, independente da ação do homem.

⁵ Nesse ponto, é interessante ressaltar que Montesquieu simplesmente não toca na escravidão presente nas sociedades gregas e romana, consideradas os berços da civilização europeia.

Portanto, notamos que na teoria de Montesquieu o futuro do Novo Mundo está aberto, já que havia áreas dentro da “zona climática ideal”, compatíveis com o modelo europeu. Ou seja, apesar das facilidades que a natureza oferecia, o que era visto de forma negativa, visto que não levava seus habitantes a pensar e evoluir para sobreviver, ainda havia uma chance de a América se civilizar (VENTURA, 1991, pp.20-21).

Sobre o pensamento de Montesquieu em relação à interferência do clima no caráter do ser-humano, podemos observar um retorno das ideias hipocráticas, que pregam por exemplo a ação benéfica do clima frio sobre os corpos, retesando-os, e aumentando assim sua força, e da mesma forma, o efeito maléfico dos climas quentes sobre esses mesmo corpo, alongando-os, diminuindo-os, o que explica o maior vigor dos povos do Norte, de clima frio, e em contraposição, a frouxidão os povos tropicais. Podemos encontrar ainda nessas teorias hipocráticas, revisitadas por Montesquieu, e muitos outros depois – uma vez que se já não era, viriam a se tornar um *lugar-comum*, segundo Bresciani –, a gradação da sensibilidade em relação aos prazeres e à dor, da menor nos climas frios, à maior nos climas quentes (BRESCIANI, 2006, p.75).

No entanto, vale aqui frisar, que assim como Hipócrates, Montesquieu não era de todo determinista, apesar de crer na intensa participação das condições ambientais na determinação de comportamentos e caráter dos povos, o iluminista francês, não via essa relação de maneira peremptória e incontornável. Como mencionou Bresciani, “ele se recusaria expressamente a isso, considerando mesmo um grande absurdo pensar que um fatalismo cego pudesse ter produzido seres inteligentes (BRESCIANI, 2006, p.75)”. Tanto que Montesquieu via como tarefa dos legisladores e bons governantes, sobrepor-se a esses percalços impostos pelo clima e outros fatores ambientais, quanto mais estes tentassem se impuser sobre suas sociedades (ARNOLD, 2000, p.27).

Vale ainda ressaltar que Montesquieu, não foi original ao elaborar essas ideias, na Europa Moderna, Jean Bodin, por exemplo, um século e meio antes já antecipara alguns dos paradigmas que Montesquieu abordaria em Seu *O Espírito das Leis*. No entanto, como ressalta David Arnold, a importância de Montesquieu está na sua capacidade de absorver e sintetizar essas ideias sobre a influência do meio no homem, que circulavam pela Europa, para apresentá-las de uma forma atrativa e relativamente coerente. Tanto que podemos encontrar vestígios dessas teorias e Montesquieu em obras como *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, *A Filosofia da História*, de Hegel, além das questões referentes à discussão do “despotismo oriental”, e do “modo de produção asiático”, presentes em Marx e Engels (ARNOLD, 2000, pp. 28-29).

Essas ideias expressas por Montesquieu, nas quais o clima e o meio em geral atuavam na “modelagem” do homem voltaram a entrar bastante em voga já em finais do século XVII, sendo muito importantes nos séculos XVIII e XIX. A Medicina, as ciências, a filosofia, a poesia, a pintura, e até mesmo a jardinagem, nos dão provas da profunda penetração dessas ideias nas sociedades europeias – e depois de outros lugares do globo – nesse período (ARNOLD, 2000, p.24).

Como observa Glacken, em nenhuma das épocas anteriores, os pensadores se haviam posto a examinar as questões relativas à cultura e ao ambiente com tanta minúcia, curiosidade e dedicação como fizeram no século XVIII (GLACKEN, 1967, p.501).

Arnold aponta algumas causas para esse súbito interesse pela natureza, no século XVIII: 1) Graças aos avanços da física, astronomia e botânica, ocorridos desde o século XVI, as formas e efeitos do mundo natural podiam ser melhor compreendidos, e motivaram um desejo – e uma capacidade – sem precedentes de controlar as forças da natureza. 2) A segurança e opulência, recém-adquiridas de governantes e aristocratas, promoveram, através do mecenato, um incentivo às artes e ciências. 3) A urbanização e os inícios da industrialização avivaram a reação romântica, o que alimentou o apetite para as paisagens naturais. Assim, podemos dizer que no século XVIII, a natureza, através dos filósofos, cientistas e artistas, se converteu também em uma das metáforas principais da época, o prisma através do qual se refratavam com inusitado brilho toda classe de ideias e ideais (ARNOLD, 2000, pp.24-25).

Desta maneira, outro francês, também relacionado à Ilustração, o naturalista Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon, em sua obra *História Natural do Homem*, de 1749, adota a teoria do clima de Montesquieu, inserindo o homem em um modelo hierárquico e eurocêntrico de climas temperados.

O clima temperado se localiza do 40° a 50° grau de latitude; é também nessa zona que se encontram os homens mais belos e bem feitos (...) é daí que se devem tomar o modelo e a unidade a que se devem referir todas as outras nuances de cor e beleza (VENTURA, 1991, pp. 21-22).

Além disso, Buffon avançou em relação a Montesquieu no momento em que detratou a natureza americana, acusando-a de ser menos “ativa” do que a do Velho Mundo. Ele acreditava que a umidade e o calor, característicos das “zonas tórridas” da América, eram responsáveis pelos animais menos numerosos e de menor porte (VENTURA, 1991, p.22). No Novo Mundo não havia leões, girafas ou elefantes, o lhama não passava de um camelo mirrado, o continente era dominado por répteis e insetos, portadores e sangue frio, e os animais europeus, aqui não se adaptavam ou diminuía de

tamanho. Tudo isso, segundo Buffon, vinha a corroborar sua tese da hostilidade ao desenvolvimento que a natureza americana proporcionava, através do seu calor e da sua umidade generalizada⁶, que tudo corroía e deteriorava, “enchendo o ar e miasmas perigosos”, como nos diz Maria Ligia Prado (PRADO, 1999, p.181).

Munido de relatos de viajantes que percorreram a América, Buffon saiu em defesa da teoria monogenista, e da condição racional de toda a espécie humana, sem, no entanto, deixar de estabelecer uma classificação dos tipos humanos em função dos graus de *sociabilidade* observados e avaliados pelo esclarecimento, polidez, submissão às leis e à ordem estabelecida. Podemos notar que para Buffon, o modelo de civilização a ser seguido era o europeu, inclusive no seu aspecto físico, e o que se distanciava dele ganhava uma conotação negativa, sendo os europeus do Norte os ocupantes do topo de sua escala, seguidos pelos outros europeus, depois pelos asiáticos e certos africanos, cabendo aos selvagens americanos, australianos e africanos o mais baixo grau, próximo ao dos animais (BRESCIANI, 2007, p.76).

Buffon acreditava que, assim como os animais, os homens das regiões tropicais eram vítimas da natureza, já que esta seria tão poderosa a ponto de impedir seu crescimento e evolução. Portanto, notamos a continuação da visão negativa sobre a América de Montesquieu na obra de Buffon.

Buffon detratou a natureza americana, acusando-a de ser “imatura”, inferior à natureza do Novo Mundo, ao contrário dos viajantes do século anterior, não via no calor dos trópicos, na fertilidade das terras e nas florestas exuberantes, motivos para comemorações, pois proporcionavam um continente infantilizado em seu desenvolvimento.

No entanto, as ideias detratoras de Buffon a respeito da América foram muito bem recepcionadas no meio letrado europeu, não só sendo aceitas como verdadeiras, como tendo uma grande e duradoura persuasão. Exemplo disso foi que pensadores de renome, como Auguste Comte e Domingo Sarmiento teceram elogios ao filósofo francês e suas teorias, muitas décadas depois de sua publicação (PRADO, 1999, pp. 182-183).

Além disso, Prado realça a importância da obra de Buffon, pois ao tratar a natureza americana, um tema aparentemente neutro, ele contribuiu para a gestação de uma identidade, a princípio continental e de inferioridade em relação à Europa (PRADO, 1999, p. 183).

⁶ Maria Ligia Prado nos lembra que no século XVIII eram comuns teorias sobre a geração espontânea de vermes e víboras a partir de corpos putrefatos, e sobre terras encharcadas e insalubres, o que justificava, aos olhos de Buffon, a presença e tantas moléstias no Novo Mundo (PRADO, 1999, p. 182).

Se Buffon detratou a natureza da América ao proclamar sua suposta “imaturidade”, Cornelius De Pauw, em seu *Investigações filosóficas sobre os Americanos*, de 1768, radicalizou ainda mais essa deturpação, pois afirmou que os animais, as plantas e mesmo os homens (incluindo os descendentes de europeus) que habitavam o Novo Mundo passavam por um processo de degeneração.

Segundo ele, antes de serem vítimas dos conquistadores europeus, os nativos da América foram vítimas do clima, do solo, da natureza em geral do seu continente, que impedia qualquer tipo de indústria humana (VENTURA, 1991, p.23).

Provavelmente conhecedor de algumas elaborações de finais do século XVII, produzidas pela escola dos chamados *diluvians*, que atribuíam ao dilúvio as causas para a debilitação dos solos, e a diminuição da longevidade dos seres-humanos e animais, De Pauw acreditava que essa catástrofe era a mais provável causa para os vícios que encontrou nos habitantes das Américas (PRADO, 1999, p.183).

Citar todos os autores que denegriram a imagem da natureza da América no século XVIII demandaria um tempo e um espaço que não temos aqui, e nem esse é o objetivo do trabalho, mas é preciso destacar que além desses aqui citados, o abade Raynal, Thomas Buckle, Hegel, além de outros, são responsáveis por atacar e denegrir a imagem do Novo Mundo, na disputa a que Gerbi se referiu.

O que notamos então é que, apesar de diversas discordâncias entre os autores acima, em geral se propagava a tese de inferioridade americana, tanto em termos naturais, quanto em termos populacionais. Mas se Gerbi chamou esse período de disputa, quem são os que defendem a América no embate?

Segundo Márcia Naxara, havia na Europa do período a noção de que o homem civilizado já não era mais capaz de viver de maneira feliz, pois fora acometido por outro tipo de barbárie, e perdera a sua humanidade (NAXARA, 1999, p.25).

O principal representante dessa concepção foi o filósofo iluminista Jean Jacques Rousseau, que via no homem selvagem, a alternativa para a “degeneração” que acometera o homem civilizado, levando-o a perder a bondade original. Nesse contexto, a Europa civilizada tinha muito que (re)aprender⁷ com a América selvagem (SCHWARCZ, 2008, p.45).

⁷ Sobre essa questão da valorização do meio natural, em especial do selvagem que nele habita, Todorov nos faz uma ressalva importante, ao mostrar-nos que a imagem do “bom selvagem” (e por oposição, à do “mal selvagem”) constitui uma construção mental, uma ficção, realizada com a finalidade de facilitar a compreensão dos argumentos dos autores. Para Rousseau, em seu Discurso sobre a origem da Desigualdade, prossegue Todorov, o homem da natureza se apresentaria como uma elaboração literária, com o objetivo de “conhecer um estado que não mais existe, que provavelmente nunca terá existido, que não existirá jamais, e do qual é entretanto necessário ter noções precisas para bem compreender a situação presente (BRESCIANI, 2007, p. 90).

No entanto, não foi Rousseau o principal responsável pela mudança da imagem negativa do Novo Mundo nos círculos acadêmicos. O naturalista e viajante alemão Alexander von Humboldt reverteu, pelo menos parcialmente, essa visão ao mostrar seu entusiasmo pela natureza e clima da América tropical e do Caribe, tidos então como insalubres para o desenvolvimento humano.

Humboldt conseguiu essa mudança de pensamento ao dar à América um passado próprio, específico, sem comparações com a Europa. Ao tratar a natureza americana dessa maneira, como nunca havia sido feito antes de maneira científica, os estudos de Humboldt subverteram a noção de fragilidade e juventude da natureza e clima do Novo Mundo.

Ele conseguiu esse feito ao localizar na natureza desse continente uma série de “ruínas” que atestavam a grandiosidade e a idade avançada da América. Exemplo dessas ruínas são os monumentos deixados por povos pré-colombianos, que atestam que aqui também houve grandes e avançadas civilizações, capazes de obras arquitetônicas invejáveis e que nada se assemelhavam ao padrão europeu (SCHIAVINATTO, 2003, pp. 615-616).

Além disso, para refutar as opiniões a respeito da degeneração do homem americano, Humboldt tomou como exemplo os trabalhadores indígenas e mestiços das minas no México, que chamavam a atenção pela robustez e resistência, nada parecidos com o estereótipo de físico frágil em virtude da ação do meio, propagados na Europa (VENTURA, 1991, p.27).

Humboldt também negou a ideia de juventude geológica do continente americano ao encontrar fósseis pré-históricos que atestavam a idade avançada do Novo Mundo. Assim, através dessas “ruínas”, Humboldt inverteu a imagem negativa da natureza da América dentro dos círculos intelectuais europeus. Ventura traz uma frase de Humboldt na qual sua opinião acerca desse debate fica bastante clara: “Essas ideias se propagaram facilmente, porque lisonjeavam a vaidade dos europeus, ligando-se a hipóteses brilhantes sobre o antigo estado de nosso planeta” (VENTURA, 1991, p.27).

A verdade é que a Humboldt fascinava a tensão existente entre as forças da natureza, que ele podia observar com maior intensidade nos trópicos. Para o naturalista germânico, a natureza tropical “aparece mais ativa, mais fecunda, pode, inclusive, dizer que é mais pródiga de vida”. Segundo Arnold, foi a fecundidade e a diversidade dos trópicos que alimentou seus pensamentos de como uma só e indissolúvel cadeia mantém unida toda a natureza, formando um único todo ordenado harmoniosamente, o qual chamou de *Cosmos* (ARNOLD, 2000, p.134).

Com as teses de Humboldt, que derrubaram as imagens negativas do Novo Mundo nos debates intelectuais⁸, e a retificação de Buffon em relação à sua própria teoria, ao negar a ação degenerativa da natureza sobre homem americano, sendo esta atuante somente os animais domésticos, a chamada “Disputa do Novo Mundo” chega ao fim, e essa discussão perde forças no pensamento europeu (VENTURA, 1991, p.26).

Vale aqui ressaltar, que, apesar de o século XVIII ser mais conhecido na historiografia como um período de detração da natureza americana, observou-se apenas uma tendência a ela principalmente na Europa, pois se observarmos, é farta a produção de imagens positivas sobre o meio-ambiente tropical no século XVIII.

Histoire générale des voyages ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre, de Prevost, que começou a escrever em 1746; *Abregé de l’histoire*, de 1780, de La Harpe; *Voyage autour du Monde*, de 1771, de Antoine Bouganville, entre outros, são exemplos de obras na qual a natureza que aparecia nos escritos era edenizada (SCHWARCZ, 2008, pp.45-48), e é interessante que lembremos que apesar de Humboldt ser preconizado como o responsável pela inversão da imagem dos trópicos entre os europeus, já havia (ou ainda havia) homens que acreditavam nos benefícios dos trópicos, antes mesmo da visita do naturalista germânico à América.

Assim, no século XIX, a partir da revalorização da natureza promovida por Humboldt, toda uma revalorização do mundo tropical, inclusive o brasileiro, começou a se operar. Além disso, há todo um redescobrimento de nosso mundo natural, promovidos por uma multidão de geógrafos, botânicos, e outros cientistas que aqui desembarcam, em busca de conhecer e descrever aquele famigerado desconhecido que era o Brasil, em meio a essa onda de valorização que se estendia a todo o mundo tropical (SCHWARCZ, 2008, p.48).

Maria Liga Prado nos conta que no século XIX, os cientistas desejavam observar a natureza, medi-la, descrevê-la e rotulá-la. Já os artistas românticos viam na atravessada por qualidades e defeitos semelhantes aos dos humanos, projetando nela sentimentos, despertando em si a admiração ou o temor. “Os primeiros usavam a linguagem supostamente objetiva e fria da ciência, enquanto o segundo fazia descrições que carregavam nas cores e nas tintas e que respiravam emoções (PRADO, 1999, p.180)”.

⁸ Não podemos deixar de citar as “defesas” do continente americano realizadas por jesuítas exilados pela Coroa Espanhola, como é o caso de Clavijero e Molina, que ao lado de Humboldt, integraram o outro lado da “disputa” de Gerbi.

No entanto, se cientistas e artistas se debruçavam sobre a natureza buscando conhecimento ou inspiração, o clima tropical continuava a ser tratado de maneira ambivalente no debate letrado⁹.

Nos Estados Unidos o processo de valorização de sua natureza já havia começado, desde o pós-independência, quando defensores do mundo natural norte-americano se opuseram a Buffon e De Pauw e empenharam-se na tarefa de provar que a natureza de seu país era, em muitos aspectos, superior à do Velho Mundo.

Maria Ligia Prado nos traz a noção da existência entre os norte-americanos de uma suposta missão civilizadora, que teriam eles recebido da Divina Providência, o que incluía uma vocação inata para a conquista territorial, como que um Destino Manifesto. Segundo a autora, “desenhava-se a ideia de um povo eleito por Deus, uma espécie de Israel moderna, que alcançaria as alturas predestinadas graças aos esforços e habilidades de seus extraordinários habitantes (PRADO, 1999, p.186)”.

Com a natureza, não era diferente, afinal, ela também havia sido escolhida por Deus, as *wilderness*¹⁰ norte-americanas, jovens e puras, se apresentavam como um contraponto ao velho e desgastado continente europeu. Seria essa natureza o palco do nascimento de uma nova história, pronta para romper com o passado e se conectar com o futuro (BRESCIANI, 2007, p.64).

Esse movimento de valorização da natureza norte-americana, que foi incentivado por uma gama de poetas, pintores e escritores, como mostra Bresciani, foi acompanhado de uma clara distinção entre a América do Norte, de clima temperado, e o restante do território, situado nos limites tropicais (BRESCIANI, 2007, pp.66-64).

Nesse ponto, a obra de Tocqueville nos comprova isso, e também nos mostra que as ideias hipocráticas ainda continuavam vivas no século XIX¹¹, ao afirmar uma suposta superioridade da natureza da América do Norte, temperada, em relação ao desenvolvimento da população, sobre a natureza tropical do continente:

⁹ Mesmo com a valorização do mundo tropical ocorrida após as teses de Humboldt, este ainda era visto com ressalvas, especialmente pela questão das raças que ele produzia, aclamadas como indolentes e fracas, incapazes de gerir um processo civilizacional. Noção que foi se alargando no decorrer do século XIX, até inícios do século XX, com o desenvolvimento do chamado racismo científico (BARBATO, 2011, pp. 114-154).

¹⁰ Não há uma tradução exata do termo *wilderness* para o português, segundo Maria Ligia Prado, sertão, floresta primitiva, selva, seriam traduções compatíveis. Mary Anne Junqueira nos revela que “na sua forma mais antiga (...) *wilderness* estava relacionado com florestas, lugares habitados por bestas selvagens ou homens selvagens: *wildman*. Ao mesmo tempo, significava que o homem era tomado pelo estranhamento, sentindo-se desorientado nessas florestas (JUNQUEIRA, 1998, p.54).

¹¹ Vale frisar que nos anos de 1850, Thomas Buckle editava sua *History of Civilization in England*, no qual mantinha a ideia de uma supremacia européia e debilidade asiática, causadas pelas condições ambientais - principalmente climáticas - de ambos os continentes. Era um claro exemplo de que as teorias hipocráticas ainda estavam em voga no pensamento europeu (Arnold, 2000, p. 30).

Quando os europeus desembarcaram nas praias das Antilhas e mais tarde, nas costas da América do Sul, julgaram-se transportados para regiões fabulosas que os poetas haviam celebrado. O mar brilhava com os fogos do trópico; a extraordinária transparência das suas águas descobria pela primeira vez os olhos do navegador a profundidade dos abismos. Aqui e ali surgiam pequenas ilhas perfumadas, que pareciam flutuar como corbelhas de flores na superfície tranquila do oceano. Tudo o que se oferecia à vista, naqueles lugares encantados, parecia preparado para as necessidades do homem, ou calculado para os seus prazeres(...) (TOCQUEVILLE, 1987, p.25).

À primeira vista, o relato de Tocqueville nos mostra mais um europeu que ficou estarelecido com as belezas naturais das zonas tropicais, no entanto, a continuação do trecho nos mostra que a opinião de Tocqueville sobre os trópicos não eram nada positivas:

Sob aquele manto esplendente, achava-se escondida a morte; ninguém a percebia, então, todavia, e reinava no ar daqueles climas não sei que influencia debilitante, que ligava o homem ao presente e lhe tirava as preocupações com o futuro (...). A América do Norte apareceu sob outro aspecto: ali, tudo era grave, sério, solene; dissera-se que fora criada para se tornar uma província de inteligência, enquanto a outra [a tropical] era a morada dos sentidos. Um oceano turbulento e brumoso banhava as suas praias; rochedos graníticos ou bancos de areia serviam-lhe de cinta; as matas que cobriam as suas margens exibiam uma folhagem sombria e melancólica; via-se crescer ali quase que só o pinheiro, a conífera, o carvalho verde, a oliveira selvagem e o loureiro (...). Nesse ambiente também a “morte golpeava”, mas de certa maneira, a “morte vinha em socorro da vida”. Uma e outra faziam-se presentes e pareciam desejar confundir e misturar suas obras (TOCQUEVILLE, 1987, pp.25-26).

Segundo Bresciani, ancorado em pressupostos mesológicos, mas também recorrendo às concepções do *belo*, do *sublime* e do *pitresco*, Tocqueville estabeleceu um confronto entre a difícil natureza da América do Norte, apropriada para formar homens fortes e rijos, e a natureza paradisíaca dos mares do Sul, cuja beleza idílica poderia guardar a morte (BRESCIANI, 2007, p.66).

Continua Bresciani, afirmando que nas palavras de Tocqueville, a natureza obriga os homens a um destino quase inescapável, e fugir a ele exigia astúcia e persistência, sabendo intervir no momento mais propício. Desta maneira, a morte também se fazia mais presente nas terras setentrionais “e ali golpeava sem descanso”, não se tratava, porém de presença velada e traiçoeira, como ocorria no caso dos trópicos, mas sim de um desafio aberto (BRESCIANI, 2007, pp.66-67).

Como podemos observar, as concepções de inferioridade dos climas tropicais perdurou com força durante o início do século XIX, no entanto, a partir de seus meados, essas teorias baseadas em um determinismo climático ou geográfico começam a perder força, para serem postas de lado ou incorporadas por outro paradigma: o racial.

Segundo Arnold, os motivos para a ascensão dessa nova maneira de classificação dos homens seriam: 1) O problema da escravidão e da abolição promoveu intensos

debates sobre a questão racial em ambos os lados do Atlântico, no que concernia sobre a questão de os africanos pertencerem ou não a uma subespécie humana distinta, presumidamente inferior. 2) A crescente ascensão militar e econômica da Europa se tornava como um sinal de que os europeus eram uma raça superior, principalmente quando sua chegada a muitas partes do mundo foi seguida pelo decréscimo populacional, ou mesmo extinção dos povos nativos conquistados. 3) Os séculos XVIII e XIX assistiram a um rápido crescimento dos estudos das ciências biológicas, o que fomentou o debate acerca das diferenças entre os seres-humanos (ARNOLD, 2000, p.30).

Além da combinação desses fatores, não podemos nos esquecer da publicação de *A Origem das Espécies*, em 1859, por Charles Darwin. Com sua luta entre as espécies e a “sobrevivência do mais apto”, parecia que Darwin havia quebrado a ideia de natureza como algo fixo e harmonioso concebido por Deus. Logo essas ideias evolutivas passaram a ser usadas também na análise das sociedades humanas, e serviram de apoio para concepções de que as diferentes raças representavam estados diferentes do processo evolutivo, e que as diferentes condições ambientais haviam sido fator significativo de diversificação (ARNOLD, 2000, p.31).

Nesse contexto, as civilizações não eram espécies imutáveis, mas sim evoluíam e caíam em resposta a certas condições ambientais, batalhavam com seus concorrentes pela supremacia no ambiente e sobrevivência.

Podemos encontrar um exemplo do uso dessa teoria podemos encontrar nos dizeres do naturalista Alfred Russel Wallace, que em 1864, que acreditava que na luta pela vida, as populações menos desenvolvidas mentalmente seriam extintas ao entrar em contato com os europeus:

¿No es un hecho que en todas las épocas y en cada rincón del globo, los habitantes de las regiones templadas han sido superiores a los de las regiones tropicales? Todas las grandes invasiones y todos los grandes desplazamientos han sido de norte a sur, pero no al revés; y no tenemos registro de que alguna vez haya existido, como tampoco hoy existe, un solo caso de civilización intertropical (ARNOLD, 2000, p.32).

Ainda no século XIX, naturalistas, antropólogos, historiadores e geógrafos, reformularam as ideias da influência do meio ambiente sobre o homem, de maneira a satisfazer os imperativos de uma nova era imperial. Esse novo imperialismo, combinado às ideias de darwinismo racial, evolucionismo, positivismo, naturalismo, entre outras teorias, que segundo Schwarcz (SCHWARCZ, 1993, p.28), foram popularizadas nessa época justamente para fomentar as práticas imperialistas, empurraram as ideias do papel

do meio na conformação do homem em proeminências excepcionais, como diz Arnold, entre os anos 90 do século XIX e o início do século XX (ARNOLD, 2000, p.34).

Com a ascensão dos Estados Unidos a potencia imperial, foi nesse país, que no início do século passado, se produziu algumas das afirmações mais enfáticas acerca do determinismo geográfico. Exemplo disso temos no estudo *The Influences of Geographic Environment* de Ellen Churchil Semple, publicado em 1911, no qual retomava noções de influência do meio sobre o homem, propagadas por Montesquieu e Buckle, e afirmava que os povos fracos deveriam contentar-se com os solos mais pobres, as regiões mais inacessíveis das montanhas, pântanos ou desertos, para assim começarem a decair ou, na melhor das hipóteses, começar um progresso marcado pela grande lentidão (SEMPLE, 1911, pp.1-2).

Podemos ainda citar o geógrafo norte-americano Ellsworth Huntington, que tratou de demonstrar como o clima afetava profundamente a História humana. Em *Civilization and Climate*, de 1915, postulou que o surgimento, e mais explicitamente a queda das civilizações estavam relacionados às mudanças climáticas de longa duração, e aos fatores associados a ela, como a fome e as enfermidades endêmicas.

Tanto Semple, quanto Huntington, acreditavam que somente certos climas eram propícios à vida civilizada, acreditando ainda na degeneração das “raças civilizadas” ao mudarem para ambientes considerados menos propícios, acusando-os de perderem energia física e mental. É interessante, que não acreditavam no contrário, sendo que se uma das consideradas “raças inferiores” das zonas tropicais mudasse para uma zona temperada, demoraria muitas gerações até que o clima a elevasse aos patamares das “raças superiores” (ARNOLD, 2000, pp.35-36).

Em suas pesquisas, Huntington chegou a conclusões muito próximas as de Montesquieu, a respeito das zonas ideais para o desenvolvimento humano, nas quais Europa e Noroeste dos Estados Unidos estavam incluídos. Huntington é um exemplo de um determinismo extremo, mas não atípico de sua época, como afirma Arnold.

Tanto Huntington, quanto Semple, e outros deterministas, foram muito criticados por estudiosos do mundo todo, que não aceitavam que complexos processos de mudanças históricas fossem explicados de maneira vista como simplista, como era o caso da explicação climática.

Em 1934, Arnold Toynbee publicou seu *A Study of History*, na qual tentou romper com uma história produzida exclusivamente em função da raça e do surgimento do Estado-nação. Toynbee se viu impulsionado a impugnar o que via como as duas explicações mais populares para a formulação da civilização: a raça e o ambiente.

Para combater a primeira, mostrou que a raça se tratava de um conceito de origem relativamente recente, nascido do intuito de os europeus explicarem as diferenças que viam entre si, e os povos que encontravam em suas viagens de descobrimento a partir do século XV, sendo ideólogos modernos, como Houston Chamberlain e Gobineau os responsáveis pela imposição de sua forma moderna. Segundo Toynbee, era impossível explicar a ascensão e queda de civilizações a partir de pressupostos raciais, uma vez, para ele, era praticamente impossível determinar a etnia de um povo localizado há séculos atrás. Além disso, acreditava ser inaceitável atribuir a aparição das civilizações em sociedades tão amplamente distribuídas no tempo e no espaço a alguma qualidade especial da raça de certa fração da humanidade.

Sobre a explicação ambiental, Toynbee não a via com a repugnância moral que via a explicação racial, no entanto, acreditava que ela, utilizada de maneira isolada, era deveras simplista para explicar a grande diversidade e complexidade da história humana. Assim, Toynbee não excluiu por completo as teorias de influência do meio sobre o desenvolvimento dos povos, sendo ela um dos diversos fatores que o compunham. Segundo o historiador britânico, os ambientes tidos como “difíceis”, poderiam ajudar no desenvolvimento de um povo, uma vez que incitaria a busca de soluções técnicas para contorná-lo, como foi o caso dos maias, que, segundo Toynbee, mesmo vivendo em ambiente tropical, tiveram que investir altas doses de trabalho para prosperar nas densas selvas em que viviam (ARNOLD, 2000, pp.38-39).

Toynbee dera início ao processo de dar novamente credibilidade às ideias de união entre história e as ideias ambientais, no entanto, isso só teria um impacto maior com a chegada dos *Annalistes*, como Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, y Emmanuel Le Roy Ladurie, membros da chama “Escola dos Anales”.

A partir da leitura do geógrafo Vidal de la Blache, Lucien Febvre, teceu seu comentário, a partir do qual os lugares e condições geográficas criam lineamentos potenciais de atividade e desenvolvimento humanos.

A introdução geográfica era uma característica marcante sobre os estudos de Febvre, uma vez que o historiador costumava traçar um nítido perfil dos contornos da região em que se concentrava o estudo. Segundo Peter Burke, “a introdução geográfica que era quase *de rigueur* (obrigatória) nas monografias provinciais da Escola dos Annales na década de 60, pode ter sido modelada pelo famoso *Mediterrâneo* de Braudel, mas não teve nele suas origens” (BURKE, 1991, p.25).

Febvre, seguidor de La Blache, enfatizava a variedade de possíveis reações aos desafios de um dado meio, acreditando nas *possibilidades*, e não nas *necessidades*, numa

relação entre os homens e o meio em que viviam. Tanto, que apoiou La Blache em rusgas teóricas contra Ratzel, geógrafo que acreditava que o determinismo geográfico se opunha à liberdade humana (BURKE, 1991, pp.25-26). Sobre essa questão da influência da opinião de Febvre a respeito da influência do meio sobre as populações humanas, Burke nos traz um dos exemplos preferidos do historiador francês, que mostram sua posição em relação ao debate:

Um rio pode ser tratado por uma sociedade como uma barreira, mas por outra, como um meio de transporte. Em última análise, não é o ambiente físico que determina a opção coletiva, mas o homem, sua maneira de viver, seu comportamento (BURKE, 1991, p.26).

Já Marc Bloch mantinha um compromisso menor com a geografia, segundo Burke, comparativamente a Febvre, sendo, contudo, sua ligação com a sociologia maior. No entanto, por exemplo, em seu *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, de 1931, já mostrava o interesse dos *Annales* pela questão ambiental, ficando evidente a dialética entre as pessoas e o lugar em que viviam.

No entanto, foi em Braudel que essa questão ficou mais explícita. Em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na Era de Filipe II* traz uma história estruturada em torno de montanhas, ilhas e outros acidentes geográficos, é uma história de estações, climas e epidemias, mas acima de tudo, é uma história do Mediterrâneo, o mar que dá vida e caráter à totalidade da região que o envolve (ARNOLD, 2000, p.146). Como diz Burke, a respeito de O Mediterrâneo, nele “(...) há a história “quase sem tempo” da relação entre o “homem” e o ambiente; surge então, gradativamente, a história mutante das estruturas econômica, social e política e, finalmente, a trepidante história dos acontecimentos” (BURKE, 1991, p.46).

Em O Mediterrâneo, a *geo-história* (nome pelo qual Braudel preferia chamar sua história da relação do homem com o meio) é objeto de sua primeira parte, no qual o historiador devota quase trezentas páginas descrevendo planícies, climas, montanhas, istmos, e outros acidentes geográficos. Braudel acreditava que as características geográficas de cada região, faziam parte da história do lugar, e assim, tanto a história dos acontecimentos, quanto a história das tendências gerais não poderiam ser compreendidas na falta delas. Logo na introdução de sua obra, Braudel deixa transparecer o valor que confere à geografia em relação ao seu papel atuante sobre as sociedades humanas:

O Mediterrâneo (...) é composto por uma série de penínsulas compactas, montanhosas, separadas por vastas planícies: Itália, península dos Balcãs, Ásia Menor, África do Norte, península Ibérica. Em segundo lugar, o mar insinua-se por entre estes continentes em miniatura; mar de vastos espaços, intrincados e

divididos, porque o Mediterrâneo, mais do que uma massa marítima única, é um <<complexo de mares>>. Estes são os dois primeiros cenários – penínsulas e mares – que consideramos para definir as condições gerais de vida dos homens. São os primeiros, mas não os suficientes (BRAUDEL, 1993, pp.33-34).

Em *O Mediterrâneo* encontramos uma história cujo conteúdo traz uma relação do homem com o ambiente, nas quais as mudanças são lentas, uma história de constantes repetições, e de ciclos sempre recorrentes.

No entanto, vale ressaltar que Braudel foi acusado, por críticos de sua obra, de ser determinista. O próprio Braudel usa em seus escritos, mais de uma vez, a metáfora da prisão, no qual descreve o homem como um “prisioneiro” não somente do ambiente físico, mas também de sua estrutura mental (que também são enquadrados como prisões de longa duração).

No entanto, o próprio Burke sai em defesa de Braudel, mostrando que seu determinismo não é simplista, vendo a prova disso nas suas explicações pluralistas para o acontecimento histórico. Além disso, acusa esses críticos de nada oferecerem de preciso ou construtivos, frente ao que acusam Braudel (BURKE, 1991, p.53).

Dentre os discípulos de Braudel, um dos de maiores destaques foi Emmanuel Le Roy Ladurie que em seu *Les Paysans de Languedoc*, de 1976, mostra, na longa duração, a batalha travada entre homem e natureza, ganha a duras penas pelos primeiros, nos campos franceses. Segundo Ladurie, até o século XVIII, a França parecia incapaz de sustentar uma população maior que 20 milhões de pessoas. Eram as restrições naturais limitando a vida dos franceses.

Esses estudos de Ladurie, assim, com os de Pierre Goubert e Ernest Lambrousse, eram interessantes, pois buscavam “quantificar”, através de séries e dados estatísticos, como variação do preço do grão no decorrer da história, ou aumento da mortalidade, por exemplo, o encontro da natureza com o homem, produzindo o que se convencionou chamar de História Quantitativa.

Nessa questão do clima, Ladurie foi importante por conseguir extrair a partir de aspectos variados como a dendrocronologia (estudo dos anéis de árvores), fenologia (estudo das datas anuais de floração e frutificação, entre outras), determinar as flutuações climáticas em níveis que vão desde o regional, até o continental, incluindo sua amplitude temporal. Também utilizava dados como as datas das vindimas e a qualidade do vinho, além procurar em arquivos séries de dados climáticos, para assim, conhecer as variações climáticas na história, o que interessa a estudos como o da fome e das epidemias (LADURIE, 1988, pp.12-21).

Conclusão

Desta maneira, percebemos que apesar de o clima ser uma entidade geográfica, de ser um dos componentes de nossa natureza, ele pode ser analisado além dessa condição física e se tornar objeto simbólico.

Há toda uma literatura geográfica, ecológica e médica que nos mostram que os trópicos realmente existem. Tratam-se das regiões localizadas nas latitudes médias do planeta, entre os trópicos de Câncer e Capricórnio, 23 ½ graus ao norte e ao sul, respectivamente, apesar de haver constantes observações que as condições tropicais operam em uma área que extrapola seus limites (ARNOLD, 2000, p.131).

Segundo Pierre Bourdieu:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações que as fundamentam (...) (BOURDIEU, 2003, p.11).

Podemos observar que essa lógica que opera Bordieu pode ser aplicada ao clima, tanto ao tropical, quanto ao temperado. Assim, podemos observar que o clima, apesar de ser um conceito duro, formado por variáveis exatas como temperatura, umidade e pressão atmosférica, perfeitamente mensuráveis pelas ciências da natureza, também está sujeito às flutuações dentro da subjetividade humana.

The Tropical Climate on History: ambivalent relationships

Abstract: This article aims to bring a relationship between history and geography, showing how the tropical climate was thinking throughout history, showing that, despite being a physical concept, it is subject to changes in historical time, experiencing moments of appreciation and other detracton.

Keywords: Climate, Nature, Cultural History.

Referências

ARNOLD, David. **La Naturaleza como Problema Histórico: El medio, la cultura y la expansión de Europa**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000.

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. **Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889)**. Campinas, SP: [s.n.], 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Lisboa: Martins Fontes Editora, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Vianna entre Intérpretes do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

COLOMBO, Cristóvão. **Diários da Descoberta da América: as quatro viagens e o testamento**. L&PM: Porto Alegre, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Schimidt Editor, 1936.

GLACKEN, Clarence. **Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century**. Berkeley, 1967.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)**. São Paulo: Departamento de História, USP, 1998.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. “O clima: a história da chuva e do bom tempo”. In LE GOFF & NORA, Pierre. **História: Novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.

MENDONÇA, Francisco & DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **Climatologia: Noções Básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Sobre o Campo e a Cidade - olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Campinas: [s.n.], 1999.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SANT'ANNA NETO, João Lima. “História da climatologia no Brasil: Gênese e Paradigmas do clima como fenômeno geográfico”, in **Cadernos Geográficos/Universidade Federal de Santa Catarina**. Nº 1. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Imagens do Brasil: Entre a natureza e a História” In JANCÓS, Istvan. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

SEMPLE, Ellen Churchill. **Influences of Geographic Environment on the Basis of Ratzel's System of Antropo-Geography**. Londres, 1911.

SOUZA, Eneida Maria de. "A Preguiça - Mal de Origem" In. **Revista ALCEU**. V.1, nº 2, Rio de Janeiro, 2001.

TATHAM, George. "A Geografia no Século XIX". In. **Boletim Geográfico**. Nº 157, 1960.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. São Paulo: EDUSP, 1987.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil 1870 – 1914**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.

SOBRE O AUTOR

Luís Fernando Tosta Barbato - Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2007), Mestre em História Política e do Patrimônio, pela Universidade Estadual de Campinas (2011) e Doutor em História Cultural, também pela Universidade Estadual de Campinas (2015). É especialista em História do Brasil Imperial e História Cultural. Seus principais objetos de interesse são a história do clima, história e natureza, história e raça, história das ciências no Brasil e identidade nacional brasileira.

Recebido para avaliação em Dezembro de 2014

Aprovado para publicação em Maio de 2015